

## Sumário

---

Sobre a Coleção Liebman .....	5
Prefácio .....	11
Apresentação .....	13
Introdução .....	21
1.    Propósitos e limites deste livro .....	21
2.    Terminologia adotada .....	28
1.    Pontos de partida .....	31
1.1.  A boa-fé enquanto norma jurídica e suas manifestações: o núcleo duro do princípio a ser transplantado para o processo .....	31
1.1.1.  Interesse processual .....	33
1.1.2.  Estabilidades consagradas .....	38
1.1.3.  Boa-fé objetiva versus boa-fé subjetiva .....	45
1.1.4.  Funções da boa-fé .....	47
1.1.4.1.  Função hermenêutica .....	49
1.1.4.2.  Função constitutiva .....	52
1.1.4.2.1.  Considerações gerais .....	52
1.1.4.2.2.  Deveres de sinceridade e completude .....	58
1.1.4.2.3.  Dever lateral de informação e informação relevante: redução da assimetria informativa .....	63
1.1.4.3.  Função delineadora de posições jurídicas inadmissíveis .....	65
1.2.  O processo não é um jogo .....	72
1.3.  Conclusões do capítulo .....	80

2.	O caminho percorrido pela boa-fé no processo civil brasileiro.....	83
2.1.	CPC de 1939.....	86
2.1.1.	O início do (lento) processo de identificação do caráter normativo da boa-fé: antecedentes à tese de Clóvis do Couto e Silva .....	89
2.2.	CPC de 1973.....	92
2.2.1.	A Constituição de 1988 e a boa-fé enquanto princípio .....	100
2.2.2.	Reparo histórico em defesa da boa-fé e da cooperação: o princípio é alinhado com a ordem democrática .....	104
2.2.3.	O esforço da doutrina em prol da dessubjetivação da boa-fé processual.....	109
2.2.3.1.	Pré-Código Civil de 2002 .....	109
2.2.3.2.	O Seminário da International Association of Procedure Law.....	111
2.2.3.3.	Pós-Código Civil de 2002: a boa-fé processual já analisada como norma .....	113
2.3.	O CPC de 2015.....	125
2.4.	Conclusões do capítulo .....	127
3.	Fundamentos para a concretização do princípio da boa-fé processual .....	129
3.1.	Considerações iniciais.....	129
3.2.	Observância da <i>summa divisio</i> .....	134
3.2.1.	Considerações iniciais.....	134
3.2.2.	Utilização parcial do subconjunto de direito público .....	139
3.3.	A aplicação, ao processo civil, da expressão da boa-fé no direito administrativo.....	144
3.3.1.	Considerações iniciais .....	144
3.3.2.	Princípio da moralidade .....	146
3.3.2.1.	Probidade.....	149

---

3.3.3. O princípio da proteção da confiança e a teoria das autolimitações administrativas (funções constitutiva e delineadora de posições jurídicas ativas) .....	149
3.3.3.1. Cooperação e <i>nemo potest venire contra factum proprium</i> aplicados à Administração Pública .....	151
3.3.3.2. Órgãos autovinculados .....	153
3.3.3.3. <i>Venire contra factum proprium</i> da Administração Pública .....	154
3.4. Postulado da materialidade subjacente .....	158
3.4.1. Parâmetros para a regulação da intensidade das funções delineadora de posições jurídicas ativas e constitutiva .....	160
3.4.1.1. Função constitutiva e a convergência formal de interesses .....	160
3.4.1.2. Calibragem da função delineadora das posições jurídicas inadmissíveis: aspectos subjetivo e objetivo .....	162
3.5. Consequências do desrespeito à boa-fé .....	163
3.5.1. Ilícitos especiais ou com sanção expressamente prevista em lei .....	163
3.5.2. Ilícitos por violação à boa-fé objetiva .....	166
3.5.2.1. Consequências possíveis da violação à boa-fé .....	169
3.5.2.2. Abuso do processo legal pelo juiz: a consequência nem sempre será a nulidade .....	176
3.6. Conclusões do capítulo .....	178
4. Abrangência da boa-fé processual: aspecto objetivo .....	181
4.1. Pontos essenciais ao reconhecimento do processo como elemento do processo relacional .....	184
4.2. Incidência de deveres obrigacionais secundários após o inadimplemento e a propositura da demanda .....	188
4.3. Incidência de deveres processuais secundários após o fim do processo .....	192
4.4. O processo à luz da totalidade e da complexidade .....	194

4.4.1. A boa-fé intraprocessual – hipótese de necessária interpretação holística. Atos que individualmente não frustram expectativas nem violam direitos.....	197
4.4.2. A boa-fé e os atos pré-processuais e extraprocessuais.....	200
4.5. Conclusões do capítulo.....	209
5. Abrangência da boa-fé processual: aspecto subjetivo.....	211
5.1. Atos processuais e respectivos declaratórios.....	212
5.2. A incidência do princípio sobre juízes e demais agentes públicos: boa-fé, moralidade e Poder Judiciário.....	216
5.3. Órgãos e agentes públicos no processo.....	221
5.3.1. Juiz-fiscal.....	222
5.3.2. Juiz-exemplo: dever de coerência do juiz.....	225
5.3.2.1. Autovinculação do Poder Judiciário.....	230
5.3.2.2. Critérios para relativização da autovinculação aplicáveis ao juiz e aos demais agentes públicos.....	231
5.3.2.3. Demonstração empírica da relação existente entre a falta de fundamentação e a contradição.....	236
5.3.2.3.1. Primeira pesquisa: padrão decisório do STJ na desafetação de temas.....	237
5.3.2.3.2. Primeira pesquisa: segunda coleta de dados.....	242
5.3.2.3.3. Segunda pesquisa: relação entre a tese afetada e a tese definida.....	242
5.3.2.4. Dever geral de motivação dos atos processuais.....	243
5.3.3. Ministério Público.....	245
5.3.4. Fazenda Pública e advocacia pública.....	249
5.3.5. Auxiliares do juízo, sujeitos ocultos imparciais e sujeitos probatórios.....	253
5.3.5.1. Curadores, curadores especiais e administradores judiciais.....	256
5.3.5.2. Sujeitos probatórios (testemunha, informante, perito, assistente técnico e terceiro em posse de documento ou coisa) e <i>amici curiae</i> instrutórios.....	256

---

5.4. Sujeitos privados.....	260
5.4.1. Assimetria informativa como fonte de deveres específicos em benefício da parte hipossuficiente .....	261
5.4.2. Representantes legais, assistentes e apoiadores .....	262
5.4.3. Representantes voluntários e representantes .....	266
5.4.4. Advogado .....	267
5.4.5. Sujeitos ocultos parciais e sujeitos dissimulados.....	275
5.4.6. Influenciadores.....	280
5.4.7. Sujeitos privados e sua (possível) autovinculação aos atos praticados por entes representativos dos seus interesses.....	285
5.4.8. Comunhão de interesses e legítimas expectativas.....	287
5.5. Conclusões do capítulo .....	290
Conclusão.....	295
Referências .....	299